



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Ética, Direitos Humanos e Serviço Social
Sub-Eixo: Ênfase em Direitos Humanos

PROJETO ÉTICO POLÍTICO E DIVERSIDADE SEXUAL: FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS IMPORTAM

Silvana Mara de Moraes dos Santos¹
Patricia Carla da Costa Tavares²
Fernanda Nascimento Costa³

Resumo: O trabalho tem como objetivo analisar a diversidade sexual como uma das expressões da diversidade humana na perspectiva do projeto ético-político. Priorizamos a pesquisa bibliográfica sobre marxismo em relação à individualidade, direitos humanos e às relações sociais no capitalismo. E nos questionamos: tais fundamentos contribuem para elucidar o entendimento da diversidade humana e sexual?
Palavra-Chave: Diversidade Humana, Diversidade Sexual, Marxismo e Serviço Social.

Abstract: This work aims to analyze sexual diversity as one of the expressions of human diversity from the perspective of the ethical-political project. We have prioritized the bibliographic research about marxism as to individuality, Human Rights and social relations on capitalism. Then, we ask ourselves: do these principles contribute to clarifying the understanding of human and sexual diversity?
Keywords: Human Diversity, Sexual Diversity, Marxism and Social Work.

INTRODUÇÃO

Partimos de três pressupostos centrais: (1) a perspectiva de totalidade na apreensão e análise da vida social e do objeto de pesquisa; (2) a diversidade é uma característica ontológica do indivíduo, que entendido como um ser social, histórico e diverso, tem no seu processo de individuação profundas relações desenvolvidas a partir do trabalho e (3) a diversidade sexual constitui-se fonte de opressão, que agudiza a exploração da força de trabalho e obstaculiza o desenvolvimento da individualidade de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros e intersexuais (LGBTI), mas contraditoriamente é, também, fonte de luta pela liberdade contra a violação da diversidade humana e dos direitos humanos. Discutir os fundamentos teórico-metodológicos que norteiam a formação das/os Assistentes Sociais e a produção de conhecimento em Serviço Social após o processo de renovação profissional, que colocou no horizonte e no cotidiano da profissão “a intenção de ruptura”, nos termos de Netto com o Serviço Social tradicional significa defender como ponto de partida de análise a história em sua processualidade dialética. Busca-se a superação, portanto, de análises de caráter linear,

¹ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, E-mail: sillmoraes@gmail.com.

² Estudante de Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, E-mail: sillmoraes@gmail.com.

³ Estudante de Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, E-mail: sillmoraes@gmail.com.

economicista e politicista. A luta de classes assume a condição que de fato possui na realidade, a de motor da história.

Neste tempo presente, o acirramento da luta de classes no Brasil apresenta uma ofensiva brutal da burguesia contra a classe trabalhadora, atacando uma das políticas sociais mais importantes na reprodução da força de trabalho, como é a previdência social e também no contínuo sucateamento e privatização da política de saúde, de assistência social e da educação pública. As universidades públicas sofrem, no presente momento, um duro contingenciamento de recursos capaz de inviabilizar o funcionamento satisfatório da pesquisa, da extensão e do ensino, sem mencionar o desemprego de muitos trabalhadores, principalmente os terceirizados.

Assim, discutir os fundamentos teórico-metodológicos que conformam o projeto ético-político é uma possibilidade de problematizar a realidade e conhecê-la em suas determinações mais profundas, identificando um conjunto de mediações que possibilitam articular exploração e opressão, a partir do entendimento do sistema hetero-patriarcal-capitalista-racista. Prevalece, também, a perspectiva de potencializar a consciência de classe de discentes, profissionais e docentes na perspectiva de defesa dos direitos humanos e da luta por emancipação política, processo este que em conjunturas favoráveis são próprios da sociedade capitalista. Mas também, a profissão constrói o entendimento da necessidade histórica de superação do capitalismo, como condição central para a resolução da questão social e da desigualdade social. Ou seja, põe em discussão nas trincheiras profissionais o significado de um projeto de emancipação humana, entendendo que este não se efetiva mediante a luta de uma categoria específica. Ademais, o Serviço Social no seu processo histórico de ruptura com o conservadorismo se aproxima das lutas sociais e dos sujeitos que lutam, direcionando a atuação profissional ao reconhecimento das necessidades reais da população e suas lutas. Desencadeia-se no processo de amadurecimento do projeto ético-político profissional a necessidade histórica de aprofundar a orientação anticapitalista, antirracista e antipatriarcal. Tal questão é resultado de enfrentamentos no campo crítico da profissão. Prevalece como um desafio romper as bases economicistas e também os apelos ao entendimento da realidade a partir de fundamentos que não fundamentam de fato a apreensão do real, mas que disseminam a lógica da aceitação da fragmentação, do culturalismo, da linguagem como supostas dimensões centrais da realidade. Trata-se de um projeto profissional construído por diferentes gerações de assistentes sociais em articulação com outros sujeitos coletivos e profissionais no cenário mais amplo da sociedade. Exatamente por isso, a luta é por adesão real a este projeto, superando formas de adesão meramente formais, que embora

preenchendo discursos, não se efetivam como valores e direção social implementados no cotidiano da formação e do exercício profissional. Em cada momento da formação e nos diferentes espaços de atuação é imprescindível apreender e socializar a impossibilidade do capital atender minimamente as necessidades humanas.

Diversidade Humana e Sexual fica mais potente se a luta for anticapitalista

A fundamentação teórico metodológica no materialismo histórico dialético não só nos permite apreender os objetos de pesquisa e de intervenção em sua dinâmica própria e em suas inelimináveis articulações com outros tantos complexos sociais e instituições, enquanto particularidades inerentes à uma totalidade social que é o capitalismo contemporâneo, mas também nos permite, enquanto arma (ferramenta) teórica, confrontar a visão de mundo imposta de que não há vida, futuro e emancipação fora do capital. É com o materialismo histórico dialético que enfrentamos a força das ideologias, que se consolidam no senso comum e ganham muitas vezes o modo de pensar, sentir e agir da classe trabalhadora. É necessário, contudo, considerar o caráter contraditório da realidade, que possibilita, em tempos históricos determinados, evidenciar o grandioso esforço ideológico das classes dominantes de disseminar como interesse de todos aqueles que são seus interesses econômicos, políticos e culturais. Deslegitimar a ordem burguesa em sua incapacidade de atender as necessidades humanas e de assegurar sua expansão por meio da destruição da natureza, do desemprego estrutural e do profundo desrespeito à violação dos direitos humanos e da diversidade humana.

No entendimento da diversidade humana e sexual temos percorrido os caminhos teórico-metodológicos desenvolvidos no universo do projeto ético-político profissional. E neste sentido, afirmamos a perspectiva de totalidade no entendimento da individualidade, da diversidade e dos direitos. Nenhum desses complexos sociais podem ser apreendidos de forma autonomizada das relações sociais. O legado da cultura crítica do Serviço Social brasileiro nos fornece arsenal de reflexão e de fundamentos férteis na contramão do conservadorismo e dos pensamentos que ficam reféns da lógica capitalista, embora possam se reivindicar de esquerda, a exemplo do pensamento pós-moderno.

A vitalidade do método de Marx se faz no cotidiano da formação e do trabalho profissional, quando por um conjunto de mediações identificamos que na prática a teoria é precisa, acertada, se formos capazes de nos lançar em busca da reprodução ideal do movimento do real. Que para

além dos tão conhecidos limites institucionais há uma sociabilidade cuja natureza é a valorização das coisas e não dos indivíduos e suas necessidades criativas e humanizadoras.

A perspectiva de totalidade do método crítico dialético permite ao objeto revelar sua natureza e dinâmica, suas determinações na vida concreta dos sujeitos, mas também sua ligação e reciprocidade com as bases materiais da sociabilidade vigente. Em outras palavras, sem perder de vista o trabalho como categoria precursora da vida social, encontraremos as determinações da propriedade privada, da família monogâmica, do patriarcado e do racismo incidindo direta e indiretamente nos objetos que detêm nossa atenção, sejam eles o trabalho, as políticas sociais, os direitos, a formação profissional, o conhecimento e também os indivíduos que vivenciam o modo capitalista de produzir a vida.

Assim, quando pretendemos analisar os sujeitos e suas mais variadas dimensões de vida partimos do trabalho, dessa complexa relação do humano com a natureza para a satisfação de suas necessidades elementares, individuais e sociais e de sua conformação na existência da propriedade privada e de um tipo específico de família, da divisão sexual e racial do trabalho na era da compra e venda de força de trabalho.

Para o desafio de apreender a diversidade sexual no presente tempo de fortalecimento do conservadorismo e do irracionalismo, de ataques à produção do conhecimento crítico emancipatório, compreendemos o método dialético como ferramenta de análise capaz de desvelar radicalmente o processo de constituição da humanidade em toda a sua riqueza e diversidade de culturas, de organizações, de corpos, de etnias, sexualidades, conhecimentos e modos de viver.

Apreendemos que as violências, as restrições e as violações de liberdade e de direitos vivenciadas pelos sujeitos LGBTIs existem hoje como resultado de relações estruturais que se mantêm funcionais ao capitalismo e que precisam ser superadas como resultado de inúmeras lutas, de variados sujeitos que têm na classe social, na condição de trabalhadores e trabalhadoras sua unidade na diversidade.

Determinantes estruturais que incidem sobre a Diversidade Sexual

A diversidade humana analisada através da categoria fundante do ser social, o trabalho, permite que façamos uma mediação entre as complexificações das forças produtivas e o processo de individuação dos sujeitos, permitindo analisar as mediações dessas relações tendo em vista

que o processo não é constituído de maneira mecânica, mas sim, dada as condições objetivas e subjetivas. Sobre isso, importante afirmar:

[...] Nosso entendimento é de que os indivíduos, no processo de individuação, se constroem de forma diversa mediante a existência de um conjunto heterogêneo de atos que o impulsiona no processo reprodutivo mediante o decurso histórico-social. Isso leva ao desenvolvimento da sociabilidade e da individuação, tendo lugar decisivo a formação da personalidade e o papel da consciência na vida cotidiana. (CISNE, SANTOS, 2018, p. 39)

A diversidade sexual é uma das expressões da diversidade humana, e aqui a abordaremos a partir de categorias que são centrais para o seu entendimento. Quando falamos de determinantes estruturais estamos partindo de relações sociais que foram construídas no processo histórico, assimiladas e incorporadas pelos modos de produzir a vida, desde o escravista, o feudal até o modo de produção atual, capitalista. Essas relações sociais e complexos sociais foram sendo integrados, modificados, também modificaram e se tornaram funcionais ao capitalismo desde seu nascimento, tornando-se parte dessa totalidade social. Assim, não é possível aprofundar a crítica ao capitalismo sem trazer à luz sua articulação indissociável com o patriarcado, o racismo e a família monogâmica.

Todos esses complexos sociais e suas conformações aparecem como consequência da propriedade privada, da divisão social do trabalho e do estabelecimento da sociedade de classes. Esse determinante gera, pela primeira vez na história da humanidade, a possibilidade de se apropriar do trabalho alheio, de um indivíduo explorar o trabalho e assim, a vida do outro. Assim, a propriedade privada é uma relação social que marca profundamente o presente e o futuro das sociedades, provocando uma série de transformações na vida coletiva e individual dos sujeitos. A exploração é reproduzida em todas as dimensões:

[...] como será da guerra que virão os escravos e já que a guerra é uma atividade predominantemente masculina, a riqueza que será expropriada dos trabalhadores será, então, convertida em propriedade privada dos indivíduos masculinos da classe dominante. (LESSA, 2012, p. 27)

É, pois, a partir da propriedade privada que a já existente divisão sexual do trabalho se estabelece enquanto desigualdade entre homens e mulheres, determinações necessárias para a constituição do patriarcado enquanto um sistema de dominação e opressão da mulher pelo homem. Ainda, destaca-se que a exploração do trabalho que permeiam as relações sociais de sexo são reforçadas pelas diversas expressões da sexualidade humana. Para tanto:

Como podemos identificar, assim como o sexo, a sexualidade, mais precisamente a orientação sexual, é componente da divisão sexual do trabalho. Da mesma forma, as chamadas identidades de sexo/gênero também promovem mediações na estruturação dessa divisão sexual do trabalho. Assim é que travestis e trans, por exemplo, também são aceitas em determinadas profissões. Notemos que todas as “transgressões” vão associar-se a profissões também consideradas femininas, logo, socialmente desvalorizadas. (CISNE, SANTOS, 2018, p. 66)

Relevante ressaltar que o patriarcado é categoria central para pensarmos sobre as expressões da diversidade humana e sexual, uma vez que enquanto sistema incide nas relações sociais padronizando como deve ser o comportamento dos indivíduos e como devem se desdobrar as relações amorosas, cabendo às mulheres doação e passividade e aos homens a iniciativa e tomada de decisões. Pessoas transgênero, mulheres lésbicas e bissexuais (algumas mulheres héteros também não se encaixam nesse padrão) que fogem do padrão de feminilidade, assim como os homens gays que fogem do ideário de masculinidade sofrem porque vivenciam as incidências estruturais do patriarcado, sabendo estes indivíduos disso ou não. Assim, esse sistema cumpre bem a função de desvalorizar não só o ser mulher em relação ao homem, mas também depreciando modos de ser que subverteram seu padrão legítimo.

Essa desvalorização se materializa enquanto uma desigualdade de sexos bastante pertinente à sociedade do capital em sua necessidade de exploração e rebaixamento da força de trabalho, confirmando, assim, a consubstancialidade das relações sociais do capital com as relações sociais de sexo e de raça. Entretanto, é preciso ainda situar a família monogâmica como parte constituinte da totalidade social que se conformou com a sociedade de classes e que repercute diretamente na opressão da liberdade de expressão sexual.

É importante fazer a análise da família monogâmica enquanto uma organização familiar produzida e reproduzida para a manutenção de determinadas opressões e exploração da força de trabalho, que tem como consequência primeira a manutenção do capital. Portanto, analisar criticamente sua relação com a propriedade privada e o Estado, como aponta SANTOS (2017), apreendida enquanto um *fio condutor para o entendimento da diversidade*, permite compreender papéis reproduzidos nas relações interpessoais em ambientes familiares que refletem toda uma lógica estruturante dessa sociabilidade. O lugar do homem como provedor e da mulher enquanto mediadora do lar e dos filhos e filhas sustentam uma organização familiar que incide na individualidade dos sujeitos, as quais podem ser tolhidas, reprimidas e negadas as diversas formas dos sujeitos expressarem sua sexualidade.

A família monogâmica quando analisada em sua totalidade com as relações sociais, permite-nos apreender as relações concretas, e então, problematizarmos um modelo

heteropatriarcal racista, tendo em vista, inclusive, a realidade histórica brasileira de um capitalismo periférico com demorados avanços sobre a discussão e aprovação de medidas legais e educativas da temática da diversidade sexual, mesmo que no campo político das esquerdas, se comparado a cenários mundiais; sobretudo, com o aumento do conservadorismo em contexto ideológico e político atual.

Vale destacar, ainda, que a diversidade humana e sexual dos sujeitos não se constituem a partir de reivindicações políticas (Santos 2017), mas sim, como já situado anteriormente, que são mediações a partir da complexificação e da divisão do trabalho, junto ao processo de individuação, o que é anterior a qualquer auto-organização política, mas que nelas esses sujeitos se reconhecem por meio da opressão experienciada na sociedade capitalista e, assim, pautam suas demandas e constroem importantes lutas históricas em torno da temática LGBTI. O projeto ético-político nos oferece, ainda, a defesa da laicidade do Estado, fundamental no processo de luta dos direitos LGBTI, posto que no Congresso Nacional as bancadas religiosas têm se constituído em verdadeiros obstáculos. Mas a luta nos ensina que este mesmo projeto vai além, pois o capitalismo mostra dia a dia sua impossibilidade objetiva e subjetiva de reconhecer e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

- Cisne, Mirla. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social** / Mirla Cisne, Silvana Mara Morais dos Santos. - São Paulo: Cortez, 2018. - (Biblioteca Básica de serviço social; v. 8)
- LESSA, Sérgio. **Abaixo à Família Monogâmica**. 1.ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- LESSA, Sergio. **Para compreender a Ontologia de Lukács**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.